# A ocupação israelense das fazendas de Shebaa, no Líbano: a água no centro da disputa territorial?

DOI: 10.54446/bcg.v14i1.3386

*Paulo Brandão*[1]

**Resumo**

Alguns intérpretes dos conflitos entre Israel e seus vizinhos do Oriente Médio apontam o interesse pelo controle de mananciais de água como um dos principais motivos para as disputas territoriais. Quanto à relação entre Líbano e Israel, há um caso que demanda atenção por ser de pouco conhecimento: trata-se das Fazenda Shebaa, uma pequena área com cerca de 35 km2 localizada no sudeste do território libanês, lindeira às Colinas de Golã. Neste escrito, o que se pretende é promover uma reflexão sobre o processo de ocupação das Fazendas de Shebaa à luz dos estudos que compõem a Geografia Política da Água. Para tanto, recorreu-se a uma abordagem dialética, amparada especialmente nos conceitos de imperialismo e subimperialismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia Política da Água, imperialismo, fazendas Shebaa, relação Líbano-Israel.

1 Professor Associado da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). E-mail: paulo.baqueiro@ufob.edu.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8342-9130.

## Introdução

Alguns intérpretes dos conflitos árabe-israelenses apontam o interesse pelo controle de mananciais de água como um dos principais motivos para as disputas territoriais entre o Estado sionista e seus vizinhos mais próximos, em especial, Líbano, Palestina e Síria (AMERY, 1987, 1993; WOLF e ROSS, 1992; SCHWARZ, 2004; OBIDALLAH, 2010). Não há como negar, por exemplo, que as Colinas de Golã, diminuta porção do território sírio ocupada ainda no âmbito da Guerra dos Seis Dias e posteriormente anexada pelo Estado de Israel, possuem uma considerável disponibilidade hídrica que, no contexto hidrológico daquela região árida do Oriente Médio, é bastante incomum.

No que tange à conflituosa relação entre Líbano e Israel, há um caso que demanda atenção por ser de pouco conhecimento público, mas também entre boa parte dos especialistas em estudos geopolíticos, e por envolver justamente um espaço com disponibilidade de água bem superior ao seu entorno: as Fazendas de Shebaa. Trata-se de uma pequena área com cerca de 25 $km^2$ localizada no sudeste do território libanês, lindeira às Colinas de Golã e que, à semelhança das terras sírias, está sob controle israelense desde 1967.

Neste texto, que é o resultado de uma pesquisa conduzida como avaliação do Curso de Introdução à História, Religiões e Cultura do Líbano, realizado sob os auspícios do Grupo de Cooperação de Universidades Brasileiras e Holy Spirit University of Kaslik, o que se pretende é promover uma reflexão sobre o processo de ocupação das Fazendas de Shebaa à luz dos estudos que compõem a Geografia Política da Água (Ribeiro, 2008), identificando, em exemplares da literatura especializada e jornalística, bem como na dinâmica geoestratégica regional, elementos empíricos que permitam problematizar a questão das disputas territoriais motivadas pelo acesso e controle de mananciais hídricos.

Para atingir tal propósito, este escrito contém três seções que versam sobre (a) a interpretação geográfica para questões relacionadas ao exercício de poder com vistas à garantia do acesso e controle da água, (b) uma breve caracterização da conflituosa relação entre Líbano e Israel e os pleitos geopolíticos daí advindos e (c) a disputa territorial entre Líbano e Israel pelas Fazendas de Shebaa, considerando as características geoestratégicas e hidrológicas desse espaço.

Para tanto, desde uma perspectiva teórico-metodológica, recorreu-se a uma abordagem dialética, amparada especialmente nos conceitos de imperialismo (LENIN, 2011; HARVEY, 2014; OSORIO, 2014) e subimperialismo (MARINI, 1977; 1992), bem como à análise bibliográfica como procedimento metodológico principal, o que inclui a composição de uma hemeroteca relacionada ao objeto empírico.

## Espaço, poder e o controle de mananciais de água

A água foi o elemento basilar para o florescimento de algumas das primeiras grandes civilizações. Não por coincidência, foi na região conhecida como Crescente

Fértil – composta pelas bacias dos rios Tigre, Eufrates e Nilo – onde apareceram os primeiros assentamentos agrícolas e, séculos mais tarde, as primeiras organizações estatais complexas como as dos sumérios, assírios, caldeus e egípcios, por exemplo.

Em todos os casos mencionados, a capacidade de criar técnicas para gerar um melhor aproveitamento da água em uma vasta região marcada pela escassez hídrica foi fundamental para que tais sociedades lograssem alcançar a condição de civilizações. Mas isso não é tudo: exercer poder para garantir a exclusividade do domínio dos mananciais foi tão importante quanto a implantação de sistemas de engenharias e utilização de técnicas para obtenção, distribuição e consumo da água.

Na Mesopotâmia, ainda antes do período dinástico que permitiu florescer o império Sumério, algumas cidades-Estados já estabeleciam disputas territoriais em função do controle da água, como no caso do conflito entre Lagash e Umma "[...] *por el control de los canales como el de Abab y sus 'aguas fecundadoras' necesarias para el riego de los campos, el gran recurso para la vida de la ciudad y de su territorio* [...][2]" (RODRÍGUEZ, 2019, p. 11). De igual modo, para os egípcios, a água era um elemento que detinha centralidade entre os assuntos do Estado. Não era nada incomum, por exemplo, a existência de imagens que retratavam soberanos abrindo canais, fato que, para Driaux (2016, p. 44), demonstra uma forte conexão entre poder e água.

Em tempos hodiernos, a relação entre território e água é tão (ou mais) relevante quanto em outros períodos da história, uma vez que o drama humano ligado à escassez hídrica aumenta exponencialmente, seja pelos efeitos das mudanças climáticas, pelo crescimento e complexificação dos usos desse bem natural ou mesmo pela sua transformação em *commodity*, conforme recentemente reportado pela Agência EFE (2020) e Olson (2021).

A primazia do acesso – e do consequente uso – à água ocorre por meio de duas formas distintas: pela cooperação ou pelo conflito. Em ambos os casos, a água, transformada em objeto de disputa, fomenta o exercício do poder como prática, ainda que, na perspectiva da cooperação, tal exercício se dê pela negociação, ao tempo em que, pelo viés do conflito, haja o imperativo da força (mesmo que não se produza, necessariamente, um embate armado).

No âmbito dos Estados, a cooperação pelo uso comum da água entre países impõe a adoção de esforços pela construção de acordos e legislações que definam formas compartilhadas e não conflitantes de conservação, captação e usos desse bem natural, encaminhando políticas para a sua gestão integrada (ANGULA, 2003). Wolf *et al*. (2003) afirmam que a cooperação é a forma mais comum na resolução de questões relativas ao uso compartilhado da água, cujas formulações de acordos são feitas, no mais das vezes, por meio de iniciativas interestatais de cooperação técnica.

Quanto aos conflitos, conforme destacado por Mauro (2014) e por Ribeiro, Santos e Silva (2019), podem ter variadas origens e com desfechos os mais diversos,

2 "[...] pelo controle dos canais, como o de Abad e suas 'águas fecundadoras' necessárias para a irrigação os campos, o grande recurso para a vida da cidade e do seu território [...]" (tradução livre deste autor).

com repercussões em distintas escalas, da local à internacional, e envolvendo agentes, de lideranças comunitárias a corporações, de representantes de municipalidades a forças armadas. Segundo Espada (2017), a assimetria entre os benefícios gerados pelo uso das águas por uma parte envolvida em detrimento dos sacrifícios impostos à parte prejudicada gera a percepção de injustiça na partilha desse bem natural e, daí, produz-se o conflito. Adiante, o autor acrescenta que "a interdependência hidrológica em bacias hidrográficas com escassez de água pode criar [...] um potencial para conflitos entre os Estados de bacia" (Idem, p. 167).

Deriva, pois, de tal advento, a intensificação das ações estatais pelo controle de fontes de água, consubstanciando o que Amery (1987) chama de hidropolítica ou, no âmbito da ciência geográfica, se convencionou denominar Geografia Política da Água. Enquanto Becker (2003) aponta que, dada a sua crescente escassez e desigual acesso, a água adquiriu *status* geoestratégico similar ao do petróleo, para Ribeiro (2008), há uma tendência de acirramento de conflitos entre Estados, cuja causa seja a obtenção desse líquido e que tais hostilidades terão maior prevalência em zonas fronteiriças.

Essas constatações levam à necessidade de um enquadramento acerca das áreas do conhecimento que lidam com tais temas. É neste contexto que surgem abordagens como a Geografia Política da Água e a Hidropolítica. Sobre a Geografia Política da Água, trata-se de um tema relativamente recente, que tem como seu principal artífice, no Brasil, o geógrafo Wagner Costa Ribeiro (2008).

Há, nos estudos que relacionam Geografia, poder e água, uma relativa variação conceitual e de enfoque: Agnew (2011) denomina como "waterpower" a análise político-geográfica do provisionamento de água, ao tempo em que outros autores, como Sneddon e Fox (2012), Pinto (2017) e Clarke-Sahter *et al*. (2022), por exemplo, enxergam a questão pelo viés geopolítico.

Segundo Ribeiro (2008), a assimetria na distribuição global de água aponta para a existência de uma Geografia Política específica ao exame desse tema. Além disso, o autor destaca que a falta de uma regulamentação sobre o uso desse bem natural em escala internacional acaba por gerar tensões e conflitos entre Estados, o que torna ainda mais necessário um olhar da Geografia sobre a questão das disputas por água.

No que concerne à Hidropolítica, Al-Muqdadi (2022) afirma que as primeiras abordagens ocorreram a partir do debate lançado por Turton, Ashton e Cloete (2003), para quem, até então, não existia um mínimo tratamento teórico-conceitual sobre o tema. Não obstante, é preciso reconhecer que, nesse ínterim, houve um significativo avanço, seja na proposição teórica e conceitual que definiu uma incontornável consolidação do tema, ou mesmo pelo acúmulo de conhecimentos permitido pelas muitas análises empíricas desenvolvidas ao longo do século XXI, em distintos campos científicos.

Tal evolução substantiva uma interlocução mais qualificada da base conceitual crítica que sustenta a hidropolítica como abordagem científica, o que inclui a

Geografia Política, uma vez que o tema trata do exercício de poder no espaço pela primazia no acesso e uso da água.

Enquanto Mahlakeng (2019, p. 36) considera que "*Hydropolitics refers to the politics of water, symbolising the complex relations and interations among states that share river basins*"[3], centrando o debate acerca dos agentes capazes de exercer poder sobre o acesso e uso da água no Estado, Ribeiro, Santos e Silva (2019, p. 23) denotam que a "hidropolítica pode ser definida como uma ação política com implicações territoriais que envolve o uso da água", acrescentando que os possíveis agentes envolvidos são o Estado, corporações privadas ou movimentos sociais.

Em se tratando especificamente das disputas hodiernas por água, ainda que Porto-Gonçalves (2005, p. 141) sinalize que, na atualidade, as guerras envolvendo água não sejam do tipo clássico, "com exércitos se enfrentando ou com bombardeios", mas tendo como palco a Organização Mundial do Comércio, Caubet (2006) aponta que atos de beligerância existem e são bastante agudos, mesmo não sendo comum que as partes litigantes pelo controle de mananciais explicitem categoricamente ser esse o real motivo da discórdia.

Contudo, vale salientar que a assertiva de Porto-Gonçalves (2005) é válida, uma vez que, conforme já mencionado, a água vem sendo crescentemente tratada como mercadoria, o que dá centralidade à economia como fator desencadeador de conflitos, sejam clássicos ou não. Para Ribeiro (2008), a narrativa malthusiana que liga escassez hídrica ao crescimento populacional puro e simples não se sustenta, diante da seguinte constatação: por um lado, o consumo de água é mais ampliado quanto maior é a renda dos consumidores e, por outra parte, os diversos setores produtivos dependentes desse líquido – como, por exemplo, a agricultura de alto rendimento e as empresas de produção de energia hidrelétrica – o empregam de forma crescente, com controle e acesso sobre o seu uso e distribuição cada vez maiores.

Aqui, vale ressaltar que, embora seja imperioso considerar a validade da afirmação de Castro (2005, p. 80), para quem a Geografia Política contemporânea seja uma disciplina cujo campo analítico atual impunha certa dificuldade em promover a sua delimitação temática, graças, segundo a distinta geógrafa, a uma "complexidade de novo tipo, diferente da geografia das comunidades, das nações e dos impérios", não se pode negar que, mesmo hoje, com a fragmentação/atomização dos agentes e das formas de produção do espaço político, o Estado siga sendo um agente importante para assegurar a reprodução capitalista em sua plenitude (OSORIO, 2014).

Destarte, ao contrário do que fora propalado, como ideologia, no final do século XX e início deste, o atual projeto de reestruturação do modo de produção capitalista, marcado pela internacionalização/mundialização das relações, em nada

3 "Hidropolítica refere-se à política da água, simbolizando as complexas relações e interações entre os estados que compartilham bacias hidrográficas" (tradução livre do autor).

ameaça a existência do Estado, posto que este seja a última instância garantidora da viabilização das trocas e da extração ampliada do lucro.

Para garantir tais ações, o Estado acaba por cumprir o papel de auxiliar interesses hegemônicos das grandes corporações (HARVEY, 2005), seja na regulação e implantação de sistemas de engenharia que venham a ampliar os usos privados da água, flexibilizando, assim, a sua própria soberania sobre tais políticas, e empregando o seu aparato de violência para assumir o controle de mananciais que, de igual modo, estarão à disposição, prioritariamente, das conveniências de setores empresariais. Assim, uma vez que um dado território detentor de grandes estoques de água potável, cujo entorno possua características de escassez hídrica, seja objeto de invasão militar, não há como descartar que a motivação para tal ato venha a ser o controle desses mananciais, ainda que a narrativa oficial seja outra.

Neste sentido, a subordinação dos territórios a um modo de produção que tem vocação planetária se faz a partir do uso de instrumentos diversos, entre os quais, o imperialismo é um dos mais acionados. Conforme apontado por Jaime Osorio,

> *Mundialização e imperialismo são duas categorias que se referem a processos estreitamente relacionados*. Primeiro, por estarem situados no mesmo nível de análise: o sistema mundial capitalista. Segundo, *porque se potencializam e se condicionam mutuamente* (Idem, p. 163-164, itálicos no original).

Dessa forma, os Estados que se empenham em utilizar a via beligerante para o controle da água acabam por assumir uma postura imperialista. Para Lenin (2011 [1917]), o imperialismo é um fenômeno cuja aparência é a guerra como interesse nacional, ao tempo em que sua essência está no uso da força militar como elemento fundamental à conquista típica do capitalismo. Harvey (2014, p. 34), por sua vez, considera que o imperialismo capitalista resulta da fusão contraditória entre as políticas do Estado e do império, afirmando ainda que "os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas".

No entanto, a capacidade de aplicar uma política de caráter imperialista, no sentido estrito, não pertence a qualquer país, sendo privilégio de alguns poucos que conseguem exercer, ao longo da história, comando geopolítico e geoeconômico para seu próprio benefício por meio do seu desenvolvimento econômico e tecnológico e da sua superioridade militar. Aos demais países, segundo seus níveis de participação naquela economia-mundo controlada pelo Estado imperialista, cabe integrar-se econômica e politicamente àquela lógica hegemônica. Assim, os países mais integrados – e ainda subordinados e dependentes a essa dita lógica – acabam por tornarem-se "[...] subcentros econômicos e (políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinados à dinâmica global imposta pelos grandes centros", como nos casos presentes ou passados do "Brasil, [...] Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul" (MARINI, 1992, p. 137-138).

À luz do que Ruy Mauro Marini teorizou acerca do subimperialismo, países como Israel ocupam um nível estratégico na garantia da reprodução da hegemonia imperialista. Contudo, diferente do que ocorrera em outros países onde a integração subordinada e dependente a essa lógica hegemônica se deu mais pela transformação do capitalismo dependente em direção às etapas monopolista e financeira, no contexto regional do Oriente Médio, a militarização crescente de Israel foi (e segue sendo) um elemento essencial para garantir o controle da acumulação em meio a uma vizinhança hostil.

## A questão da fronteira nas relações libanesa-israelenses

Em tempos hodiernos, Líbano e Israel compartilham uma fronteira de cerca de 79 quilômetros de extensão (Figura 1), excluindo-se a zona das Fazendas de Shebaa. As hostilidades derivadas de questões fronteiriças são recorrentes desde antes da própria fundação dos respectivos Estados, tendo raízes na presença colonizadora europeia que sucedeu à dissolução do Império Otomano, mais precisamente nas décadas de 1920 e 1930, quando a França (que exercia mandato sobre o atual território libanês) e a Inglaterra (então possessora das terras palestinas) confrontaram-se no campo diplomático em busca de solução para a demarcação daquelas fronteiras, ainda que sob as lógicas dos respectivos Estados europeus, alheia, portanto, aos interesses dos povos que ali habitam milenarmente.

Segundo Sfeir (2013, p. 22), com a assinatura do acordo Sykes-Picot, "A fronteira que parte de Ras al-Nãqoura na costa do Mediterrâneo e termina em Jisr al-Ghajar no rio Hasbānī é desenhada em 1920, demarcada em 1921, decretada oficialmente em 1922, ratificada em 1923 e operacionalizada em 1924", tendo passado, ainda, por uma nova demarcação em 1936, visando apaziguar uma revolta popular decorrente de insatisfações ligadas justamente à formação dessas fronteiras

**Figura 1. Mapa do Líbano e Fazendas de Shebaa.**




Fonte: University of Texas Library (2021).

Na atualidade, os debates sobre a fronteira libanesa-israelense tornaram-se ainda mais acirrados por conta da descoberta de jazidas de petróleo e gás na Bacia do Levante, localizada na porção mais oriental do Mar Mediterrâneo, justamente onde os dois países divisam territórios marítimos (PIÑON e BARBOSA, 2019; DADOUCH e EGLASH, 2020).

Contudo, há que se considerar que, em toda a história da relação entre esses dois países, o período mais conturbado foi entre 1967, quando se deu a Guerra dos Seis Dias, e 2000, data da retirada das tropas de Israel do território do Líbano e da demarcação, pela ONU (Organização das Nações Unidas), da fronteira libanesa-israelense, conhecida desde então como Linha Azul. Além desse período, há que se destacar ainda o ano de 2006 como data de acirramento da beligerância na zona fronteiriça, quando o Estado de Israel deflagrou a Operação Recompensa Justa.

Importa clarificar, de passagem, que, em 2000, após 18 anos do início da Operação Paz na Galileia, a ONU definiu uma linha provisória entre os países para garantir a retirada das tropas israelenses, para além da qual deveriam recuar, com o consequente fim da ocupação do sul do Líbano. O limite, conhecido como "Linha Azul", foi estabelecido segundo o princípio jurídico *uti possidetis* e, por isso, possui um traçado quase fiel àquele que demarcava a fronteira anglo-francesa de 1923 (MIGUEL, 2019).

Findada a Guerra dos Seis Dias com uma fragorosa vitória israelense sobre a coalização de países árabes, o Estado de Israel consolidou sua posição como grande potência armamentista regional. Isso, no entanto, não resultou em um cessar de animosidades entre as partes antagônicas: se a guerra aberta não era uma opção viável para os Estados árabes, dada a superioridade bélica israelense, a tática de produzir fissuras internas por meio do apoio às organizações políticas árabes, que nasciam da crescente insatisfação com a não concretização do Estado palestino, parecia ser algo mais factível.

Foi nesse contexto que a então recém-criada OLP (Organização para a Libertação da Palestina) ganhou não apenas a adesão de outras organizações políticas, como Al Fatah, Frente Popular para a Libertação da Palestina e Frente Democrática para a Libertação da Palestina, mas angariou ascensão junto à sociedade palestina, cujas representações na entidade eram formadas por grupos de militares, médicos, estudantes, professores, mulheres, entre outros segmentos engajados na luta contra a ocupação israelense de 1967 (CARIN, 2015). Até 1970, as operações da OLP eram comandadas desde a Jordânia, contudo, devido às pressões de Israel sobre o vizinho do leste, os militantes foram expulsos das terras jordanianas, tendo fixado sua base operacional no sul do Líbano, onde já viviam cerca de 350 mil palestinos (FISK, 2007).

A presença palestina – e da OLP – no Líbano não só contribuiu para a deflagração de uma guerra civil (1975-1990) como foi o estopim para a incursão militar israelense de 1978, que ficou conhecida como Operação Litani, tendo resultado na anexação de fato (CORM, 2006) de toda uma área rica em reservas hídricas entre a fronteira e a margem esquerda do rio que batizou a ação, com exceção da cidade litorânea de Tiro. Tal operação foi rechaçada pelo Conselho de Segurança da ONU, que promulgou as resoluções 425 e 426,

> [...] *indicando el inmediato cese de las acciones militares israelíes y la retirada de sus fuerzas de territorio libanés; así mismo, se decidió el establecimiento inmediato de una Fuerza Provisional de Naciones Unidas en Líbano UNIFIL (United Nations Interim Force in Lebanon)*[4] (SÁNCHEZ e RODRÍGUEZ, 2009, p. 64).

4 "[...] indicando a imediata suspensão das ações militares israelenses e a retirada de suas forças do território libanês; além disso, decidiu-se pelo estabelecimento imediato de uma Força Provisória das Nações Unidas no Líbano, a UNIFIL (Forças Interinas das Nações Unidas no Líbano)" (tradução livre deste autor).

Para Amery (1987; 1993), essa primeira grande invasão do território libanês foi a concretização de propostas aventadas desde antes da criação do Estado de Israel para controlar mananciais de água. Segundo o autor, documentos e discursos de autoridades judaicas manifestavam o explícito interesse em dominar aquelas terras, como nas cartas de Chaim Weizmann (líder da Organização Sionista Mundial) endereçadas a oficiais do governo britânico entre 1919 e 1920 ou nos diários de Moshe Sharett (primeiro-ministro de Israel, nos anos 1950), que revelam a obstinada defesa de Ben-Gurion, herói da formação de Israel, da tese de ocupação do sul libanês.

Em 1982, em meio à guerra civil e a despeito da frágil alegação apresentada, 25 mil soldados das forças israelenses realizaram outra grande incursão no sul libanês, deflagrada sob a denominação de Operação Paz na Galileia, mais conhecida como Primeira Guerra do Líbano (FISK, 007; CARIN, 2015). Nessa ação, as tropas invasoras não apenas ocuparam a zona fronteiriça, mas avançaram até Beirute, impondo, inclusive, um cerco de meses à população da capital nacional libanesa.

Para Amery (1987; 1993), a apreensão, pelos invasores, de mapas hidrológicos e documentos de órgãos libaneses responsáveis pela gestão hídrica, o impedimento à atuação de pesquisadores e observadores da ONU na região ocupada e relatos circunstanciados de analistas independentes (sobre o possível interesse pela realização de obras que garantissem o desvio de águas do Rio Litani para o Rio Jordão) apontam que a Operação Paz na Galileia possa ter ido muito além do objetivo alegado, ou seja, a destruição da estrutura da OLP em território libanês. Nas palavras de Wolf e Ross (1992, p. 943), que também apresentam argumentos para uma "teoria do imperativo hidráulico" como explicação para as invasões israelenses no Líbano e Síria, "*This war, like the 1967 war, had clear military and political objectives. And, like the 1967 war, this war may have had a hydraulic component – a major one according to some analysts – shaping some of the strategic decisionmaking*[5]".

Importa mencionar, de passagem, que, naquele mesmo ano da deflagração da Primeira Guerra do Líbano, foi fundada a controversa organização política de base religiosa denominada Hezbollah, que viria a se tornar a principal força anti-Israel a atuar em todo o território libanês, mas, principalmente, na sua fronteira sul. Com o aparecimento do Hezbollah, houve um recrudescimento dos embates na zona fronteiriça, sendo o "Partido de Deus", ainda hoje, um dos pilares das controvérsias relações, uma vez que, por diversas vezes, essa organização tomou a dianteira na resistência à ocupação israelense.

Em maio de 2000, a partir de uma decisão voluntária e unilateral, as tropas israelenses recuaram para além das fronteiras libaneses, pondo fim a uma ocupação que já durava décadas. Ainda que Qassem (2010) considere que os altos custos da

5 "Essa guerra, assim como a guerra de 1967, tinha objetivos militares e políticos claros. E, assim como na guerra de 1967, essa guerra pode ter tido um componente hidráulico – um componente importante de acordo com alguns analistas – moldando algumas das decisões estratégicas" (tradução livre deste autor).

presença israelense em território libanês tenham sido a razão principal da saída das tropas, as repercussões dessa decisão foram muito além daquelas de caráter meramente orçamentário, tendo incidido de modo mais agudo na conformação de uma nova fronteira libanesa-israelense, a chamada Linha Azul, bem como no revigoramento dos debates diplomáticos sobre a situação das Fazendas de Shebaa, como se verá mais adiante, na próxima seção deste escrito.

Antes, porém, é preciso agregar a esta breve periodização das questões fronteiriças libanesa-israelenses uma menção ao século XXI, cujos eventos mais significativos foram a Segunda Guerra do Líbano e, ainda mais recentemente, a desavença da fronteira marítima. O primeiro dos confrontos mencionados ocorreu em 2006, teve um caráter bélico e envolveu justamente o Hezbollah como uma das partes, uma vez que, segundo alegações do Estado de Israel, o uso da força teve como objetivo debilitar as bases dessa organização, após o sequestro de dois militares israelenses com o intuito de utilizá-los em uma posterior troca de prisioneiros. Contudo, segundo Makdisi (2006, p. 9):

> *On 12 July, 2006 Israel transformed a relatively minor border skirmish with Hizbullah – of the kind that had been taking place intermittently since Israel's withdrawal from southern Lebanon in 2000 – into a full scale war on Lebanon. Its objective was to neutralize Hizbullah once and for all, and to assist in the imposition of a* Pax Americana *in the Middle East*[6].

Assim, embora – aparentemente – não houvesse nenhum interesse (explícito ou velado) pelo controle de mananciais hídricos, aquele conflito voltou a ser vetor de tensões na fronteira sul libanesa que resultaram em perdas humanas e materiais.

O outro confronto mencionado anteriormente está ainda em vigência e, por enquanto, tem sido travado apenas no campo diplomático. Trata-se, pois, do já mencionado imbróglio da demarcação da fronteira marítima entre Líbano e Israel e o consequente controle de uma rentável bacia de petróleo e gás localizada abaixo do assoalho mediterrânico oriental. A área em questão é, segundo a ONU, de cerca de 874 km$^2$ (PIÑON e BARBOSA, 2019).

A breve periodização delineada nesta seção tem o propósito de apresentar um panorama da conturbada relação entre Líbano e Israel no que tange à histórica instabilidade de sua fronteira compartilhada, ao tempo em que lança luzes sobre o debate principal deste escrito, que diz respeito ao acesso e controle da água como possível motivação oculta para os sucessivos confrontos e tensões ocorridos entre os dois países, dando ênfase, como se verá a seguir, às Fazendas de Shebaa, um caso ainda insolúvel desse tortuoso processo.

---

6 "Em 12 de julho de 2006, Israel transformou um conflito de fronteira relativamente menor com o Hezbollah - do tipo que vinha ocorrendo intermitentemente desde a retirada de Israel do sul do Líbano em 2000 - em uma guerra em larga escala no Líbano. Seu objetivo era neutralizar o Hezbollah de uma vez por todas e ajudar na imposição de uma Pax Americana no Oriente Médio" (tradução livre deste autor).

## A contenda libanesa-israelense pelas Fazendas de Shebaa: uma disputa por água?

Conforme já mencionado, a invasão das Fazendas de Shebaa por Israel ocorreu em 1967, no período da conquista das Colinas de Golã, ao final da Guerra dos Seis Dias. Ao alegar que as terras do extremo sudeste libanês eram parte do território sírio, o Estado de Israel passou a controlar militarmente a área. Essa indefinição quanto à fronteira sírio-libanesa remonta ao período do Mandato Francês no Líbano (entre as décadas de 1920 e 1930).

De fato, essas fronteiras nunca haviam sido rigorosamente bem delimitadas, o que gera um sem-número de controvérsias: de acordo com Berg (2006), em 1923, cartógrafos franceses, empregando equipamentos obsoletos mesmo para a época, demarcaram limites internos do território sob mandato francês de tal modo que o vilarejo denominado Shebaa ficou localizado no atual lado libanês, enquanto as propriedades rurais acabaram fazendo parte do que hoje é a Síria. Segundo Kaufman (2002; 2006), ainda que houvesse postos militares sírios nessa parte da fronteira desde a década de 1950, a irrestrita mobilidade transfronteiriça fazia com que fossem mantidas as relações legais entre os moradores autodeclarados libaneses e o governo do Líbano:

> *The maps placed the Shebaa farms within Syria, while, for all practical matters, the owners and residents of the farms considered themselves to be Lebanese citizens. They conducted their administrative affairs in Lebanon, paid taxes to Beirut, and held Lebanese identity cards*[7] (KAUFMAN, 2006, p. 2).

A despeito dessa fluidez da mobilidade, questões históricas profundas e ainda não resolvidas contribuíram para impedir que, mesmo após tornarem-se Estados plenos de autonomia, Líbano e Síria tivessem realizado a demarcação definitiva de cerca de 360 km de fronteiras comuns. Os sírios, por exemplo, ainda mantêm um forte sentimento nacionalista, quanto ao pertencimento da totalidade das terras libanesas ao seu território ancestral, reforçando a ideia, muitas vezes disseminada por Bashar al-Assad (assim como fizera seu pai), de que o Líbano é uma extensão estratégica para as pretensões sírias (ABDEL-KADER, 2012).

Como se pode observar, a não demarcação definitiva da fronteira nunca foi impedimento para o livre trânsito e até a posse de terras por cidadãos do Líbano naquele diminuto território em litígio. Essa constatação ainda é verdadeira para os tempos hodiernos: enquanto o jornal *The Times of Israel* (2018) reportava que um pastor de ovelhas libanês fora detido por autoridades israelenses sem saber que havia adentrado com o seu rebanho naquele território ocupado, Berg (2006, p. 1), em entrevista colhida para a BBC britânica, obteve a seguinte fala de um morador sírio de

7 "Os mapas colocavam as fazendas de Shebaa dentro da Síria, enquanto, para todos os efeitos práticos, os proprietários e residentes das fazendas se consideravam cidadãos libaneses. Eles conduziam seus assuntos administrativos no Líbano, pagavam impostos para Beirute e possuíam cartões de identidade libaneses" (tradução livre deste autor).

uma localidade próxima: "*I don't know who they belong to, Syria or Lebanon, but they don't belong to Israel*"[8].

Naquilo que cabe às autoridades libanesas para provar o pertencimento do território, além das tentativas de arregimentar documentos cartoriais de proprietários libaneses nas Fazendas de Shebaa, representantes oficiais da já mencionada localidade homônima de Shebaa afirmam terem encontrado registros do início do século XX – sendo, portanto, do período otomano – que comprovariam que as terras em disputa pertencem, desde então, ao que hoje é o Líbano (GELDI, 2019).

Todo esse imbróglio em torno da reivindicação libanesa – que uniu o Estado e o Hezbollah em torno do tema – sobre o pequeno território ganhou relevância, a partir de 2000, quando a ONU definiu o traçado da Linha Azul excluindo as Fazendas de Shebaa do território nacional daquele país. Ao longo dos anos, o Hezbollah vem alegando que as Fazendas de Shebaa são utilizadas para a prática de turismo por israelenses e que, por outro lado, judeus etíopes estão se estabelecendo naquele território (JORISCH, 2002). Essa alegação é confirmada por Flateau (2013), que afirma ainda que as condições hidrológicas da área não apenas ressaltam a beleza cênica local, como tornaram-na importante para o desenvolvimento de atividades agropastoris desde o período otomano.

Por toda essa complexidade, fica patente que a contenda é de difícil resolução, pois, conforme mencionado alhures, a retórica israelense para a não devolução das Fazendas de Shebaa radica justamente nessa indefinição de limites entre Líbano e Síria. Assim, uma vez que as terras em litígio poderiam ser sírias, o Estado de Israel não haveria de negociar qualquer inversão do atual quadro de ocupação com as autoridades libanesas, mas com os representantes de Damasco. Ocorre que, estando cortadas as relações, não há qualquer possibilidade de estabelecimento de pautas entre emissários dos Estados israelense e sírio, o que beneficia o primeiro quanto à manutenção do poder sobre essas terras.

Embora o discurso oficial para a continuidade da invasão seja a importância estratégica de uma área elevada que permite uma observação privilegiada de toda uma zona fronteiriça (FLATEAU, 2013), a presença israelense nas Fazendas de Shebaa resulta, concretamente, no domínio de um pequeno território predominantemente rural de 25km$^2$ do extremo sudeste libanês, cujas características hídricas são bastante distintas do espaço circundante: montanhas com formação de neves que alimentam cursos d'água, além da pluviosidade média entre 650 mm e 1.000 mm, enquanto as regiões lindeiras não chegam a 200 mm anuais (CHAHINE, 2011). Além disso, segundo relatos concedidos por especialistas a Nasser (2001), a quantidade de água subterrânea que escoa dessa região em um ano é de cerca de 200 milhões de metros cúbicos, dos quais 113 milhões vêm do Monte Hermon, Fazendas de Shebaa e Rio Hasbani.

8 "Eu não sei a quem pertencem, se à Síria ou ao Líbano, mas não pertencem a Israel" (tradução livre deste autor).

Parte considerável dessas águas forma pequenos tributários que alimentam o Rio Jordão, esse que, por sua vez, é fundamental para o abastecimento hídrico em todo o território israelense. Segundo Zeitoun *et al*. (2013), as nascentes que conformam o Rio Jordão naquele espaço de fronteiras entre Líbano, Israel e Síria compõem um contexto geopolítico hidro-hegemônico. Em outras palavras, significa afirmar que um determinado agente assume uma posição hegemônica de ocupação e uso dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica em detrimento dos demais. Para os autores, Israel exerce justamente esse papel.

Conforme assevera Paulet (2009, p. 139), "A previsão do futuro é parte das funções do Estado". Assim, antigos projetos israelenses já previam que a ocupação do vale do Rio Jordão seria essencial para a implantação de uma zona de segurança oriental, o que implica no desenvolvimento de atividades produtivas, controle da água e de outros bens naturais (HAREUVENI, 2011). Ainda segundo Eyal Hareuveni, o consumo anual de água em assentamentos israelenses em territórios palestinos ocupados no vale do Rio Jordão era de cerca de 45 milhões de $m^3$, dos quais 97% eram destinados aos usos agrícolas.

É inegável que o controle das águas que escoam das Fazendas de Shebaa tem repercussão sobre a reprodução de capital investido em todo o vale do Rio Jordão, pois, conforme assevera Amery (1993, p. 237), "*The modern quest for industrial and agricultural development* [no Oriente Médio] *rests on greater generation of hydroelectric power and on higher levels of water consumption for irrigation*[9]". Desta forma, segue o autor, "*Occupation of the West Bank and the security zone in southern Lebanon provides Israel with the political and territorial conditions necessary to mitigate the effects of the rapidly approaching water crisis*"[10].

Assim, há todo um conjunto de elementos de ordem geopolítica e geoeconômica que permitem ao menos especular sobre as reais intenções do Estado de Israel quanto à ocupação das Fazendas de Shebaa. Ainda que sejam necessárias análises mais aprofundadas para se chegar a uma conclusão segura e definitiva sobre o verdadeiro papel do Estado no controle de mananciais hídricos, há indícios suficientes para uma primeira aproximação a uma abordagem da ação israelense naquele território em litígio como sendo de caráter subimperialista.

## Conclusão

Este escrito, longe de ser uma palavra última sobre o tema da Geografia Política da Água no Oriente Médio e, mais especificamente, na tensa fronteira entre Líbano, Israel e Síria, busca apresentar um panorama das argumentações que permitem inferir sobre a atuação subimperialista de Israel ao invadir e exercer posse

9 "A busca moderna pelo desenvolvimento industrial e agrícola no Oriente Médio repousa numa maior geração de energia hidroelétrica e em níveis mais elevados de consumo de água para irrigação" (tradução livre deste autor).

10 "A ocupação da Cisjordânia e da zona de segurança no sul do Líbano proporciona a Israel as condições políticas e territoriais necessárias para mitigar os efeitos da crise hídrica que se aproxima rapidamente" (tradução livre deste autor).

arbitrária de um espaço rico em mananciais hídricos. A ocupação israelense nas Fazendas de Shebaa dá indícios sobre os efeitos da escassez hídrica na conformação de um conflito entre Estados pelo controle de mananciais de água. O exercício de poder naquele espaço indica o interesse em garantir a regularidade das vazões das águas que escoam do Monte Hermon para alimentar o Rio Jordão.

A busca por uma solução que não gere prejuízos à soberania libanesa é urgente e deve ser feita sob uma arbitragem justa por parte da ONU. Porém, tão importante quanto definir a soberania sobre os territórios que fornecem água para os vários Estados do extremo ocidente asiático, é essencial assegurar formas de cooperação para o acesso à água que privilegiem os interesses sociais sobre as demandas de caráter hegemônico. Do contrário, ao que tudo indica, as animosidades não cessarão.

## Bibliografia


ABDEL-KADER, Nizar. Boundaries and demarcation. [Entrevista concedida a] Alexander Ramsbotham. *Accord.* An International Review of Peace Initiatives, n. 12, p. 78-81, 2012.

AGENCIA EFE. Como el petróleo y el oro: por primera vez en la historia, el agua cotiza en Wall Street. In: *Montevideo Portal*, Negocios & Tendencias, Montevidéu, 8 dezembro 2020. Disponível em <www.montevideoportal.com.uy>. Acesso em: 9 dez. 2020.

AGNEW, John. Waterpower: politics and the Geography of Water provision. *Annals of the Association of American Geographers*, v.101, n. 3, p. 463-476, 2011.

AL-MUQDADI, Sameh. The spiral of scalating water conflict: the theory of Hydro-politics. *Water*, v. 14, n. 3466, p. 1-22, 2022.

AMERY. Hussein. *Scarcity-induced conflict: the Lebanese-Israeli conflict over water* (Master's Thesis Department of Geography). Wilfrid Laurier University, Waterloo, 1987.

_____ The Litani River of Lebanon. *Geographical Review*, v. 83, n. 3, p. 229-237, 1993.

ANGULA, Helmut. Special massage: Namibia and cooperation on the Okavango River basin. TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Ed.). *Transboundary rivers, sovereignty and development*: hydropolitical drivers in the Okavango river basin. Pretoria: African Water Issues Research Unit, 2003; p. 7-8.

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In: L. Aragón; M. Clusenet-Godt (Ed.), *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2003, p. 273-298.

BERG, Raffi. Israeli views on Shebaa Farms harden. *BBC News*, Middle East, London, 25 agosto 2006. Disponível em: <www.news.bbc.co.uk>. Acesso em: 29 nov. 2020.

CARIN, Gabriel. *Guerras israelo-libanesas no discurso da Folha de S. Paulo*. Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social e Jornalismo). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CASTRO, Iná. *Geografia e Política*. Territórios, escalas de poder e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAUBET, Christian. *A água doce nas relações internacionais.* Barueri: Manole, 2006.

CHAHINE, Chady. *Les enjeux géopolitiques du conflit frontalier des Fermes de Chebaa*: du mythe de l'enjeu du partage des ressources hydriques du bassin du Jordain à la réalité des rivalités du Moyen-Orient Contemporain. (Mémoire pour l'obtention du grade de Maitre em Etudes Internationales). Québec: Université Laval, 2011.

CLARKE_SATHER, Afton; CROW-MILLER, Britt; BANISTER, Jeffrey; THOMAS, Kimberley; NORMAN, Emma; STEPHENSON, Scott. The shifting Geopolitics of Water in the Antrhopocene. *Geopolitics*, v. 22, n. 2, p. 1-28, 2017.

CORM, Georges. *El Líbano contemporâneo, historia y sociedad*. Barcelona: Bellaterra, 2006.

DADOUCH, Sarah; EGLASH, Ruth. Lebanon and Israel take up disputed maritime border in a rare negotiations. In: *The Washington Post*, Middle East, Washington, 14 outubro 2020. Disponível em <www.washingtonpost.com>. Acesso em: 02 dez. 2020.

DRIAUX, Delphine. Water supply of ancient Egyptian settlements: the role of the state. Overview of a relatively equitable scheme from the Old to New Kingdom (ca. 2543–1077 BC). *Water Hist*, v. 8, p. 43-58, 2016.

ESPADA, Gildo. Guerras ou conflitos pela água a nível internacional: em busca de uma clarificação terminológica. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, n. 36, p. 164-182, 2017.

FISK, Robert. *Pobre Nação:* as guerras do Líbano no século XX. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FLATEAU, Cosima. Le contentieux des fermes de Chebaa. In: *Les Clés du Moyen-Orient*, Analyses Historiques, Paris, 6 junho 2013. Disponível em <www.leclesdumoyenorient.com>. Acesso em: 29 nov. 2020.

GELDI, Mahmut. Otoman archives prove Shebaa Farms belong to Lebanon. *Anadolu Agency*, Middle East, Ankara, 3 maio 2019. Disponível em <ww.aa.com.tr>. Acesso em: 1 jul. 2021.

HAREUVENI, Eyal. *Dispossession & Exploitation.* Israel's policy in the Jordan Valley & northern Dead Sea. Jerusalem: B'Tselem, 2011.

HARVEY, David. *O neoliberalismo.* História e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2014.

JORISH, Avi. Hizballah's vision of the Lebanon-Israel border. *The Washington Institute*, Policy Analisys, Washington, 04 março 2002. Disponível em <www.washingtoninstitute.org>. Acesso em: 2 dez. 2020.

KAUFMAN, Asher. Who owns the Shebaa Farms? Chronicle of a territorial dispute. *Middle East Journal*, v. 56, n. 4, p. 576-595, 2002.

_____. The Israel-Hezbollah Conflict and the Shebaa Farms. *Policy Brief*, n. 13, p. 1-4, 2006.

LENIN, Vladimir. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: Universidade de Campinas, 2011.

MAHLAKENG, Mahlakeng. A theoretical analysis of Hydropolitics. *World Affairs*, v. 23, n. 4, p. 36-57, 2019.

MAKDISI, Karim. Israel's 2006 war on Lebanon reflection on the International Law of Force. *The MIT Electronic Journal of Midle East Studies*, n. 6, Summer, p. 9-26, 2006.

MARINI, Ruy. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, p. 20-39, 1977.

_____. *América Latina:* dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MAURO, Cláudio. Conflitos pelo uso da água. *Caderno Prudentino de Geografia*, volume especial, n. 36, p. 81-105, 2014.

MIGUEL SOMALO, Paz. *La 'Línea Azul' como medida estabilizadora del sur del Líbano*. Un escenario clave en el conflicto de Oriente Medio. Trabajo Fin de Grado (Grado en Periodismo). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2019.

NASSER, C. Shebaa has key water resources. *The Daily Star Lebanon*, Lebanon News, Beirut, 5 maio 2001. Disponível em <www.dailystar.com.lb>. Acesso em: 1 jul. 2021.

OBIDALLAH, Mohammed. Water and Palestinian-Israeli conflict. *Central European Journal of International and Security Studies*, v. 2, n. 2, p. 103-118, 2010.

OLSON, Jim. Will Wall Street control our water in 21st Century? In: *Flow – For Love of Water*, Traverse City, 8 abril 2021. Disponível em <www.forloveofater.org>. Acesso em: 30 mai. 2021.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização*. São Paulo: Outras Palavras, 2014.

PAULET, Jean-Pierre. *A mundialização*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.

PIÑON, Charles; BARBOSA, Marcelo. A delimitação das fronteiras marítimas e a produção "offshore": cooperação e conflito entre Israel e o Líbano. *Revista da Escola de Guerra Naval*, v. 25, n. 2, p. 346-380, 2019.

PINTO, Elis. Geopolítica da Água. *Revista de Geopolítica*, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Água não se nega a ninguém (a necessidade de ouvir outras vozes). In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Org.). *Políticas públicas ambientais latino-americanas*. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2005, p. 115-144.

QASSEM, Naim. *Hizbullah:* the story from within. London: Saqi, 2010.

RIBEIRO, Wagner. *Geografia Política da Água*. São Paulo: Annablume, 2008.

RIBEIRO, Wagner; SANTOS, Cinthia; SILVA, Luis. Conflito pela água, entre a escassez e a abundância: marcos teóricos. *Ambientes*, v. 1, n. 2, p. 11-37, 2019.

RODRÍGUEZ POLEY, Daniel. *Rivalidades y hegemonía entre las ciudades-estado mesnopotámicas de Lagash y Umma durante el Periodo Protodinástico* (Tesis Máster Universitario del Mediterráneo Antiguo). Universitat Oberta de Catalunya, Barcelona, 2019.

SCHWARZ, Rolf. *The Israeli-Jordanian water regime:* a model for resolving water conflicts in the Jordan River Basin? Programme for Strategic and International Security Studies, 2004.

SÁNCHEZ, Pedro; RODRÍGUEZ, Juan. *El conflicto del Líbano*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2009.

SFEIR, Jihane. Fronteiras do "Outro" e a construção de "si": o caso dos palestinos no Líbano, 1947-1952. *Antropolítica*, v. 35, n. 2, p. 17-48, 2013.

SNEDDON, Chris; FOX, Coleen. Water, Geopolitics and Economic Development in the conceptualization of a region.*Eurasian Geography and Economics*, v. 53,n. 1, p. 143-160, 2012.

THE TIMES OF ISRAEL. Lebanese shepherd crosses into Israel, is detained by IDF. The Times of Israel, Jerusalem, 29 abril 2018. Disponível em <www.timesofisrael.com>. Acesso: 1 jul. 2021.

TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene. Hydropolitical drivers and policy challenges in the Okavango river basin. TURTON, Anthony; ASHTON, Peter; CLOETE, Eugene (Ed.). *Transboundary rivers, sovereignty and development*: hydropolitical drivers in the Okavango river basin. Pretoria: African Water Issues Research Unit, 2003; p. 353–368.

WOLF, Aaron; ROSS, John. The impact of scarce water resources on the Arab-Israeli conflict. *Natural Resources Journal*, v. 32, n. 4, p. 920-961, 1992.

WOLF, Aaron; YOFFE, Shira; GIORDANO, Mark. International waters: identifying basins at risk, Water Policy, v. 5, n. 1, p. 29-60, 2003.

ZEITOUN, Mark; EID-SABBAGH, Karim; TALHAMI, Michael; DAJANI, Muna. Hydro-hegemony in the Upper Jordan Waterscape: control and the use of the flows. *Water Alternativites*, v. 6, n. 1, p. 86-106, 2013.

## The israeli occupation of the Shebaa farms in Lebanon: is water at the heart of the territorial dispute?

Some interpreters of the conflicts between Israel and its Middle Eastern neighbors point to the interest in controlling water sources as one of the main reasons for territorial disputes. Regarding the relationship between Lebanon and Israel, there is a case that demands attention due to its relatively little-known status: the Shebaa Farms, a small area of approximately 35 km2 located in the southeastern part of Lebanese territory, adjacent to the Golan Heights. This paper aims to stimulate reflection on the process of occupation of the Shebaa Farms in light of studies within the Political Geography of Water. To achieve this goal, a dialectical approach is employed, particularly drawing upon the concepts of imperialism and subimperialism.

**KEYWORDS:** Political Geography of Water, Imperialism, Shebaa farms, Lebanon-Israel relationship.

## La ocupación israelí de las granjas de Shebaa em Líbano: ¿está el agua em el centro de la disputa territorial?

Algunos intérpretes de los conflictos entre Israel y sus vecinos del Medio Oriente señalan el interés por el control de fuentes de agua como uno de los principales motivos de las disputas territoriales. En lo que respecta a la relación entre Líbano e Israel, hay un caso que merece atención por ser poco conocido: las Granjas Shebaa, una pequeña área de aproximadamente 35 km2 ubicada en el sureste del territorio libanés, contigua a las Colinas de Golán. En este escrito, el objetivo es fomentar una reflexión sobre el proceso de ocupación de las Granjas Shebaa a la luz de los estudios que componen la Geografía Política del Agua. Para lograrlo, se ha recurrido a un enfoque dialéctico, respaldado especialmente en los conceptos de imperialismo y subimperialismo.

**PALABRAS CLAVE:** Geografía Política del Agua; Imperialismo; Granjas Shebaa; Relación Líbano-Israel.

Artigo recebido em março de 2024. Aprovado em junho de 2024.